

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL**

FLAVIO FERREIRA

**OTHELO ROSA:
O PODER DO DISCURSO NO CASO SEPÉ TIARAJU – 1955-1956**

São Leopoldo

2016

FLAVIO FERREIRA

**OTHELO ROSA:
O PODER DO DISCURSO NO CASO SEPÉ TIARAJU – 1955-1956**

Artigo de Conclusão do Curso de
Especialização em História do Rio Grande
do Sul da Universidade do Rio dos Sinos –
UNISINOS.

Orientador: Professor Doutor Cláudio
Pereira Elmir.

São Leopoldo

2016

OTHELO ROSA:
O PODER DO DISCURSO NO CASO SEPÉ TIARAJU – 1955-1956

O Rio Grande do Sul, após passar por um período de sua história, olhando para si mesmo e para a região platina, afastou-se do Brasil. Entretanto, nos anos anteriores e durante a década de 1920, houve intensa discussão intelectual sobre os rumos da nossa história. Surgiu naquele momento por parte da elite política e intelectual o anseio de aproximação do Estado com a nação brasileira e, conseqüentemente, criar uma identidade para o povo Rio-grandense. Para nacionalizar o Rio Grande do Sul, fazia-se necessário criar para seu povo uma identidade que remetesse às origens portuguesas, negando de sua história revolucionária a ideia de separatismo e de seus vizinhos platinos qualquer influência em sua formação.

Nesse contexto fundou-se o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Essa instituição passou a defender a nacionalização do Estado e os fundamentos lusitanos na identidade Sul-rio-grandense. É aí que as discussões se ampliaram, pois toda produção historiográfica com tendência espanhola e separatista precisaria ser desmistificada e, em seu lugar, expor a “verdade” histórica, até que finalmente o núcleo intelectual do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul consolida a tendência lusa na historiografia Rio-grandense.

Após 35 anos da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, para acirrar os ânimos da intelectualidade Rio-grandense, surgiu nova polêmica que dividiu a elite intelectual do Estado em dois grupos. Naquele momento, havia o propósito de inclusão da história missioneira na história Rio-grandense, com a sugestão de que Sepé Tiaraju deveria ser homenageado com a construção de uma estátua, por ser um “autêntico” Rio-grandense. O afloramento dessa ideia fracionou a elite pensante local, membros do Instituto Histórico, envolvendo também historiadores folcloristas e tradicionalistas que começaram a ganhar visibilidade a partir da década de 1940.

De acordo com Jefferson Teles Martins, o que estava em jogo nessa “disputa” era o modelo historiográfico do Rio Grande do Sul. Assim, formaram-se dois grupos de coalizão dentro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que passaram a defender suas ideias. Um em prol da recente proposta de homenagear Sepé Tiaraju, que buscava “a renovação dos marcos da historiografia, incluindo outros grupos que não faziam parte da “elite” lusa, militar e política” (MARTINS, 2015b,

p. 185), e outro grupo composto por aqueles que ocupavam os cargos mais altos do instituto, que detinha as rédeas da história regional “reunido em torno de Othelo Rosa, [que] defendia um modelo historiográfico no qual não havia espaço para os novos aportes e novas abordagens emprestados das ciências sociais”. (MARTINS, 2015b, p. 185). Em torno dessa disputa ideológica, cada grupo buscava influenciar a mentalidade intelectual por meio de seus discursos, visavam cooptar adeptos a sua causa para ganhar força e impor sua maneira de pensar a história sulina.

O presente artigo permeia os acontecimentos históricos ocorridos dentro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, concentrando seus esforços na análise da polêmica que gerou em torno da solicitação da construção de uma estátua em homenagem a Sepé Tiaraju, em meados da década de 1950, em reconhecimento por seus feitos em defesa da terra Rio-grandense.

Este tema rendeu grandes discussões que dominaram os discursos dos intelectuais Rio-grandenses desse período, no qual foram publicados relatórios, artigos e outros documentos que serviram de fonte para este ensaio, assim como outros trabalhos realizados posteriormente como o de Ieda Gutfreind: “A Historiografia Rio-grandense”, Letícia Borges Nedel: “Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)”, Jefferson Teles Martins: “O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o Espaço Social dos Intelectuais: Trajetória Institucional e Estudo das Redes de Solidariedade (e Conflitos) Entre Intelectuais (1920-1956)”, entre outros.

Por meio da verificação documental e bibliográfica, buscaremos imprimir uma análise dos discursos prós e contra o caso Sepé Tiaraju dos anos 1955-56.

Antes de analisarmos propriamente a polêmica em torno da figura de Sepé Tiaraju e mostrarmos o nível da disputa gerada entre os dois grupos que se digladiaram acerca desse tema, tentaremos de forma sucinta apresentar o contexto que envolvia a intelectualidade Sul-rio-grandense, a partir da década de 1920, em torno do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Dentro desse contexto, salientamos a participação e o envolvimento do historiador Othelo Rosa. Para melhor compreender a posição defendida por ele na polêmica acima referida, buscaremos evidenciar sua participação como historiador e membro das comissões de história do IHGRGS por meio da análise dos seus discursos, bem como observando em discursos de outros intelectuais como analisavam suas ações. Pretendemos evidenciar o nível de influência desse

intelectual sobre seus pares nas decisões internas do Instituto, na tentativa de fazer valer sua interpretação sobre os acontecimentos históricos. Essa visão histórica fora criada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, nos anos 20, e defendida por Othelo Rosa até o fim de sua existência.

Com o sistema Republicano instaurado no Brasil, o Rio Grande do Sul passou a ser governado quase que exclusivamente pelo PRR – Partido Republicano Rio-grandense –, de cunho teórico positivista, que adotava um sistema autoritário de governo em busca da consolidação de um Estado forte. Durante esse período, criou-se a ideia de que o Estado não precisava do país para viver. Em outras palavras, os positivistas gaúchos transmitiam a ideia de que o Estado Rio-grandense é autossuficiente e pode andar com suas próprias forças. Esse projeto de governo colocou o Estado gaúcho no isolamento em relação à federação brasileira e permaneceu assim de forma quase que absoluta até a segunda década do século passado. De acordo com Jefferson Teles Martins, essa política castilhistas de mostrar o Estado Rio-grandense mais voltado para o Prata em relação à sua identidade, mostrando-se diferente das outras partes do país “acabou por criar dificuldades na representação cultural do Rio Grande do Sul” (MARTINS, 2015a, p. 53) com a federação. Esse distanciamento fez com que essa elite intelectual sul-rio-grandense percebesse “que estavam cada vez mais perdendo espaços no cenário político nacional” (MARTINS, 2015a, p. 53).

Entretanto, em meados da década de 1910, uma crise política dentro do PRR fez com que novos políticos e intelectuais passassem a projetar uma aproximação maior do Rio Grande do Sul com o Brasil. É nesse cenário que políticos e intelectuais projetaram a imagem de Vargas a nível nacional. Em sua obra "Mitos e Heróis: Construção de imaginário", Loiva Otero Félix (1998, p. 143) afirma que

A transmutação do real, embutida no processo de heroização e mitificação, tem seu momento oportuno especialmente em situações de crise histórica conjuntural. Nos momentos de ruptura do ritmo histórico da comunidade e da normalidade, o grupo social tende a necessitar de um novo tutor de um novo guia que possa construir em torno de si um imaginário político que permita a compreensão da inteligibilidade histórica perdida [...].

Nesse contexto, os intelectuais e políticos Rio-grandenses buscavam projetar novas lideranças políticas a fim de galgarem maior visibilidade a nível nacional. “Mesmo em fase de tais limitações de produções intelectuais, a década de 1920 na

capital gaúcha apresentou significativa efervescência” (GUTFREIND, 1998, p. 27). Esse grupo de intelectuais articulou-se e fundou o Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul em 1920. Com a institucionalização do estudo da história, a discussão passou a girar em torno da nacionalização do Estado por meio da memória de seu passado. A partir de então, iniciou-se o trabalho de grande esforço para consolidar a brasilidade do Rio Grande do Sul em busca da criação da identidade gaúcha como de origem lusa. Assim, os membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul refutam, criticam e ignoram trabalhos que defendiam a participação e influência platina na história sulina. Dessa forma, impuseram seu ponto de vista, garantindo a nacionalização do Estado e ganharam reconhecimento a nível nacional. Como afirma (MARTINS, 2015a, p. 76):

Enquanto o Rio Grande do Sul se inseria nos quadros da nacionalidade, os próprios intelectuais locais granjeavam espaços – reconhecimento e legitimidade – na esfera intelectual brasileira, e, ao mesmo tempo, constituíam uma identidade como corporação intelectual. À medida que o discurso desses intelectuais se impunha como “*cultura legítima*”, a própria legitimidade institucional do IHGRGS era reforçada.

Dentro deste contexto de discussões de nacionalização do Estado e da criação da identidade Rio-grandense, existiam duas tendências opostas, denominadas de correntes historiográficas. “Uma das orientações identificadas denomina-se de *matriz platina* e a outra de *matriz lusitana*” (GUTFREIND, 1998, p. 11), nas quais os intelectuais Rio-grandenses buscavam impor suas interpretações, seus pontos de vista sobre a história do Rio Grande do Sul em relação à identidade e às origens do gaúcho, voltadas para a nacionalização do Estado. A matriz platina defendia a influência espanhola na formação histórica Rio-grandenses, inclusive eram a favor que “a área das Missões Orientais, com os aldeamentos jesuíticos do século XVII, componha a história do Rio Grande do Sul” (GUTFREIND, 1998, p. 11). Enquanto que “a matriz lusitana, minimiza as aproximações do Rio Grande do Sul com a área platina e, conseqüentemente, defende a inquestionável supremacia da cultura lusitana na região” (GUTFREIND, 1998, p. 11-14). Essa visão acabou predominando na mentalidade Sul-rio-grandense. Assim, incluíram o Estado à federação, negando quaisquer resquícios de influência platina ou ideias separatistas nos acontecimentos históricos do Rio Grande do Sul.

Com a legitimidade do instituto, seus membros passaram a defender com veemência o Estado como parte da federação, criaram uma identidade para o povo gaúcho com base unicamente na origem lusitana, excluindo as outras etnias, como negros e índios. Com a institucionalização da história e um modelo metodológico definido, os discursos deram visibilidade à participação Rio-grandense na defesa e formação do território brasileiro.

De acordo com Michel de Certeau, sabemos que, quando escrevemos história, escrevemos de algum lugar, ou seja, de um determinado espaço temporal dos acontecimentos. Assim, os intelectuais do IHGRGS estavam a serviço daquela instituição. “A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas” (CERTEAU, 1975, p. 56). Dessa forma, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul consolidou seu próprio modelo de produção historiográfica, baseada na história de cunho político-militar. A instituição reivindicava para si a posição de legítima conhecedora da “verdade” histórica e se tornou referência no Estado sobre os assuntos referentes à história do Rio Grande do Sul. Nesse período, nada se alterava em história sem um parecer dessa instituição. No entanto e principalmente após a década de 1940, forças emergentes sentiam-se desafiadas pelos pareceres intransigentes do Instituto, como explica (NEDEL, 2005, p. 381-382):

O IHGRS foi a arena desses enfrentamentos. O gatilho foram os pareceres encomendados a “Comissão de História” do Instituto, que em deliberações periódicas julgava a oportunidade e a pertinência de monumentos, datas, escudos e designações a prédios e logradouros públicos. Em princípio, o mérito desses julgamentos dizia respeito mais de perto às funções cívico-pedagógicas da disciplina do que aos métodos e pressupostos envolvidos nas explicações históricas. Mas ao justificarem tecnicamente os relatórios fornecidos ao governo, os pareceristas, pelos argumentos que ofereciam, desafiaram as novas interpretações emergentes.

Entre as figuras intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul que atuavam nessas comissões e assinavam os relatórios, destacou-se a figura de Othelo Rosa. Esse intelectual teve o reconhecimento de seus pares como homem letrado e de ímpar intelectualidade, com eloquência discursiva e retórica convincente, defensor dos princípios históricos da instituição. A visão de Rosa sobre a história do Rio Grande do Sul alinhava-se com as interpretações de dois antecessores seus, membros dessa instituição: Aurélio Porto e Souza Docca. Ao entrar para o Instituto

Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Rosa deu sequência e melhorou esse trabalho que iniciou com Aurélio Porto e com Souza Docca. “Enfim, o discurso clarificava a proximidade e as interferências da linha de interpretação histórica desta tríade que afirmava a brasilidade do gaúcho” (GUTFREIND, 1998, p. 86). De acordo com Gutfreind, Othelo Rosa pode ser considerado um historiador que se aproxima do “ecletismo teórico”, portanto, denominá-lo como positivista o simplificaria demais. “No entanto, o substrato que os orientava exalava essa tendência, mas não em sua pureza doutrinária” (GUTFREIND, 1998, p. 87).

Em sua produção historiográfica, Rosa teorizava seus trabalhos citando vários autores, o que dava credibilidade a seus trabalhos. Era adepto à ideia de que o historiador deveria usar a imaginação, entretanto, o uso da subjetividade deveria seguir o raciocínio “sobre a verdade preestabelecida” que era apresentada pelo documento. Ainda seguindo as palavras de Gutfreind (1998), Rosa credenciava seus trabalhos na linha interpretativa de “seus antecessores, porém, sofisticava”, ou seja, por meio de sua capacidade intelectual demonstrava domínio teórico do assunto e, convicto de que estava representando a “verdade” histórica, aperfeiçoava o desenvolvimento de seu discurso historiográfico dentro de seus ideais históricos, atualmente denominado como história tradicional.

Com relação ao envolvimento de Othelo Rosa como membro do Instituto e parte integrante das comissões que avaliava e decidia sobre os assuntos de história, Ieda Gutfreind (1998, p. 91) afirma que. “O que se depreende é que Othelo Rosa permaneceu com grande influência na visão dada como ‘oficial’ do pensamento histórico da instituição, fundada em 1921. Embora houvesse oposição interna, essa não triunfava”.

Faz-se necessário também mencionar a militância política de Othelo Rosa, como homem de confiança dentro do PRR que, na conjuntura política da década de 1920, desempenhou a função de maleabilidade entre a “velha” e a “nova” geração de políticos que se destacavam no Estado. “Estava ligado por laços de fidelidade partidária ao velho chefe republicano Borges de Medeiros e, ao mesmo tempo, desempenhava funções essenciais para o governo do estado liderado por Vargas” (MARTINS, 2015a, p. 124). Como Deputado Estadual era líder da maioria na “Assembleia Legislativa”, ao mesmo tempo que estava à frente do Jornal “A Federação”, principal meio de divulgação do partido Republicano Rio-grandense.

Assim, no decorrer de sua vida política e acadêmica, Othelo Rosa conquistou reconhecimento, tornando-se um dos historiadores mais importante e admirado entre seus pares. Por outro lado, ao longo de sua carreira, devido à sua intransigência nas discussões em torno da história do Rio Grande do Sul, sempre firme na defesa de seus ideais, acabou chamando a atenção de seus adversários, que passaram a criticá-lo, acusando-o de arrogante e dono da “verdade”.

Entretanto, é indiscutível sua liderança dentro do IHGRGS e no meio intelectual do Estado. Como se pode verificar no trabalho recente de Jefferson Teles Martins, “Othelo Rosa fazia parte da maioria das entidades culturais do estado, entretanto, em algumas delas sua participação era nominal, em outras, visava a uma atuação de ‘patrulha’ muito mais do que engajamento ou identificação” (MARTINS, 2015a, p. 76). Martins (2015a, p. 148) ainda destaca que “Othelo Rosa mantinha-se fiel ao modelo de interpretação histórica da tendência historiográfica que consagrou-se no estado nos anos 1920 e 1930, e, que não admitia a participação da experiência missioneira na formação rio-grandense”.

Rosa entrou para o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em 1929, foi vice-presidente e presidente do Instituto, posteriormente atuou como orador dessa instituição, fez parte das comissões que julgavam os casos referentes à história. Como relator dos pareceres, não disfarçava sua aversão à história missioneira, como no caso do Padre Antônio Sepp¹, em 1948, e o caso Sepé Tiaraju, em 1955.

Dentro da Instituição, passou a ser um dos mais ferrenhos defensores da nacionalização do Estado e da manutenção da identidade Rio-grandense com base nas origens portuguesas em relação à formação do povo gaúcho.

Em referência às comemorações ao centenário da Revolução Farroupilha, “Othelo Rosa tornou-se o ‘pára-raios’ da instituição, segundo os termos usados por Eduardo Duarte” (MARTINS, 2015a, p. 220).

O que Duarte quis dizer com “pára-raios” é que, no preparativo para a comemoração do centenário da Revolução Farroupilha, tudo o que estava sendo preparado passava por Othelo Rosa. Rosa também contribuiu com a consolidação

¹ O caso do Padre Antônio Sepp ocorreu em 1948, quando foi sugerido o nome do Padre Antônio Sepp para um grupo escolar. O Instituto Histórico e Geográfico, em erudito parecer de quem também foi relator o historiador Othelo Rosa, embora reconhecendo as extraordinárias virtudes e qualidade pessoais daquele grande missionário, manifestou contra a pretendida homenagem (REVERBEL, 1955).

dos ideias da instituição, com a produção de várias obras em que afirmava que as origens do povo gaúcho era de “pura cepa portuguesa”.

Vê-se também que Othelo Rosa não se contentava com os elogios feitos ao gaúcho apenas como guerreiro, centauro, corajoso e herói. Rosa afirmava que o gaúcho era muito mais que isso, defendia a inteligência de seu povo, afirmava que o gaúcho merecia respeito como ser pensante e intelectual. Como deixou registrado Rosa (*apud* MARTINS, 2015, p. 67, grifo do autor):

Ser guerreiro foi o nosso destino. [...] E na liça dos combates – honra lhe seja feita – a coragem foi o emblema do Rio Grande, e a vitória se fez a alma do Rio Grande.

Conferiram-nos as insígnias de herói. E julgaram que isso nos bastasse [...]. Porque éramos o centauro desapoderado e garboso, dos entrechoques terríveis do entrevero, não haveria lugar para nós nas amplas e serenas regiões do pensamento [...]. Essa ideia nasceu, cresceu e fixou-se [...].

Fomos muito e muito fizemos na guerra; e amamos e cultuamos a nossa alma guerreira, toda feita com o sangue, o suor e a lágrima do gaúcho. Temos, porém, um patrimônio cultural e não queremos que ele nos seja negado. Patrimônio de inteligência e de arte que mostra que o gaúcho, embora **braço às armas feito**, teve sempre um cérebro e um coração, maiores talvez que a sua espada [...].

Como se percebe em seus discursos, Rosa empenhou-se em credenciar os valores intelectuais do povo Rio-grandense em detrimento da visão guerreira que predominava do gaúcho.

Também consideramos relevante destacar a visão de Othelo Rosa sobre Regionalismo para entender sua aversão pelo tradicionalismo. Assim, teremos uma melhor compreensão de suas ações na resistência contra o caso Sepé. De acordo com Martins (2015), Othelo Rosa e Moisés Velinho compartilhavam da mesma concepção de regionalismo e compactuavam com a ideia de que havia “a necessidade de guarda-se ‘dos perigos de um tradicionalismo estreito e das pieguices do saudosismo’ [...]. Na disputa pela definição do regionalismo, convinha a esse grupo deslegitimar o viés tradicionalista” (MARTINS, 2015a, p. 254).

Referindo-se às discussões que ocorreram no IV Congresso de história, Martins (2015) evidencia a posição ascendente de Othelo Rosa, quando discorre sobre a divergência de opinião entre Souza Docca, que, até então, exercia uma liderança dentro da instituição e Othelo Rosa, que se mostrava cada vez mais disposto a impor-se como líder. Para Martins (2015a, p. 227):

A ascendência institucional de Othelo Rosa se desdobraria em ascendência historiográfica, como aconteceria um ano mais tarde, quando, no IV Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul, Othelo Rosa e Souza Docca divergiriam no parecer sobre a tese [...] *Caxias e a Pacificação*, e a maioria dos congressistas seguiria o voto de Othelo Rosa contra o relator Souza Docca.

Vê-se que Othelo Rosa já exercia um poder de influência entre os intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Nessa ocasião, ficou explícita a posição de ascendência de Rosa que, ao interpretar o fato sobre “Caxias e a Pacificação”², diverge opinião com Souza Docca e consegue cooptar mais apoio dos congressistas do que o próprio relator Souza Docca, saindo vencedor desse confronto. Com o apoio favorável às suas decisões, Rosa ganhou força e tornou-se soberano em suas decisões, não admitindo contrariedades em seus métodos. Conduziu seus trabalhos de forma norteadora da história sulina de forma absoluta, como dono da “verdade” histórica até o fim de sua existência em 1957. Sempre reforçando os ideais criados pelo Instituto, que já havia se tornado referência absoluta no Estado em assuntos de história, com afirma Martins (2015a, p. 143) em sua tese de doutorado:

O estado passa a depender do IHGRGS, que era quem detinha, a esta altura, o poder legítimo de arbitrar sobre o passado sul-rio-grandense. Isso equivale a dizer que o Instituto passou a ter a prerrogativa de emitir juízos históricos e dizer o que era “verdadeiro” ou “falso” em questões da história local. Seu grau de legitimidade atingiu o máximo a partir de então. A fala autorizada do Instituto produzia a “verdade” ou a “história oficial”, com a chancela das diferentes esferas do estado.

Esse passado do Rio Grande do Sul, defendido como “verdadeiro” pelo IHGRGS e pela figura de Othelo Rosa, era exclusivamente uma história elitista político-militar, que não admitia os aportes da história social. Eram intransigentes na defesa de que as origens Rio-grandenses eram portuguesas e suas interpretações sempre voltadas para a consolidação da inclusão do Estado à federação, não admitindo qualquer influência espanhola na nossa história, inclusive a história da região missioneira antes da consolidação definitiva dessa região ao nosso território.

² Em fevereiro de 1945, realizou-se em Porto Alegre o IV Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul por ocasião da comemoração da *pacificação de Poncho Verde* (acordo de paz entre Caxias e os líderes farroupilhas, que marcou o fim da Revolução Farroupilha). Souza Docca esteve presente no evento. Na segunda plenária do Congresso, foi apresentada a tese *Caxias e a Pacificação*, de Luiz Alves de Oliveira Belo (MARTINS, 2015, p. 222).

Como vimos, havia divergências ideológicas sobre as origens históricas Sul-rio-grandense quando foi criada pelos membros fundadores do IHGRGS a proposta de nacionalização do Estado gaúcho e a definição identitária de seu povo, vinculada exclusivamente à etnia portuguesa. Após um período de intensa luta pela desmistificação das ideias que defendiam a influência platina na cultura Rio-grandense, bem como o caráter separatista da Revolução Farroupilha, consolidou-se no Estado a tendência historiográfica lusitana que continuou a ser defendida pelos membros mais recentes dessa instituição.

Entretanto, o que se percebe é que as ideias que se pretendiam abafar nas décadas 1920 e 1930 não se extinguíram e, por mais que foram silenciadas dentro da historiografia, continuaram vivas na memória. A partir da década de 1940, com o crescimento do tradicionalismo no Estado e a afirmação dos historiadores folcloristas, acirram-se novamente as divergências ideológicas entre os detentores da “verdadeira” história e os folcloristas, tradicionalistas que buscavam dar visibilidade à história missioneira, como evidencia Letícia Borges Nedel (2005, p. 380-381, grifo do autor) em sua tese de doutorado:

No momento em que se aprofunda a separação entre estudiosos e “praticantes” de folclore, a CEF, por conta da posição já destacada de seus membros quando da chegada do **tradicionalismo**, encontra-se sujeita a disputas paralelas, travadas dentro da comunidade acadêmica de historiadores. Na série de contendas historiográficas inauguradas em 1949 com o caso “Antônio Sepp”, a discussão sobre Sepé Tiaraju está entre as que trazem à baila leituras divergentes do passado anterior ao domínio português sobre a totalidade do território brasileiro. Nesse caso em particular, as divergências são suscitadas quando se trata de julgar a “pertença” da experiência das reduções jesuíticas ao mapa histórico sul-rio-grandense, colocando-se em questão, mais uma vez, a delimitação das fronteiras culturais que demarcam o perfil da região dentro do conjunto nacional.

Nesse período, tanto folcloristas como tradicionalistas buscavam na memória do passado histórico Rio-grandense incluir a história missioneira na história e cultura Rio-grandense. É nesse sentido que se acirram as disputas intelectuais em que de um lado estavam folcloristas, tradicionalistas juntamente com uma ala mais periférica dos membros do Instituto pró história missioneira e, do outro, um grupo coeso intransigente em suas decisões, tendo à sua frente Othelo Rosa, “o dono da verdade”. Essa disputa “tornou-se um marco no processo de questionamento e deslocamento do IHGRGS como instância legítima da produção do conhecimento histórico no estado” (MARTINS, 2015b, p. 85).

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul era quem ditava as regras sobre história no Estado, em que as comissões de história julgavam e formulavam pareceres prós ou contra qualquer solicitação feita ao poder público referente aos assuntos de história local. Dificultaram, assim, a evolução da ideologia tradicionalista, negando as premissas da história missioneira, julgando incoerentes com o verdadeiro passado do Rio Grande, acusando-o de estarem a serviço da coroa Espanhola.

As “contendas” intelectuais sobre caso Sepé Tiaraju surgem com a solicitação do major do exército João Carlos Nobre da Veiga, feita ao governador do Estado, sugerindo a construção de um monumento em homenagem ao passado heroico do índio missioneiro pelo seu “devotamento patriótico” e seu “apego à terra”, como afirma Martins (2015b, p. 185-186):

A referida polêmica começa com o pedido do major do exército João Carlos Nobre da Veiga para que se erigisse um monumento a Sepé Tiaraju, em São Gabriel, em comemoração aos duzentos anos de sua morte. No ofício enviado ao governador do estado, o major argumentava que Sepé Tiaraju era um símbolo de “incomparável devotamento patriótico”, portanto atribuía-lhe um sentido de brasilidade, cuja morte teria sido um “holocausto à pátria”, que deveria ser reverenciado com um monumento que lembrasse o “denodado valor e o acendrado apego à terra” do índio missioneiro.

Como se vê, dois séculos depois de sua morte, novamente a figura de Sepé Tiaraju foi ressuscitada por meio da representação de sua memória, lembrado como patriota, em que suas ações foram defendidas como ato de bravura e os méritos de sua brasilidade por ter lutado heroicamente em defesa da terra posteriormente Rio-grandense. Pelo que sabemos, em outras ocasiões da historiografia Sul-rio-grandense já haviam mencionado a figura de Sepé Tiaraju como sendo “O primeiro Caudilho Rio-grandense” que se bateu por estas terras “ao menos **“cronologicamente”**”. Foi o cacique Sepé Tiaraju que nasceu e viveu, combateu e morreu no território dos Sete Povos das Missões na época pré-açoriana” (NEDEL, 2005, p. 386, grifo do autor). O que fica claro é que já haviam defensores da inclusão de Sepé na cultura Rio-grandense e que não foi uma invenção do momento. Todavia, o que determinou a proporção da polêmica a partir de 1955 foi a força já consolidada dos estudos folcloristas e do tradicionalismo no Estado.

Essas duas forças que não compactuavam com o modelo metodológico de produção historiográfica do núcleo do IHGRGS, com o apoio de alguns membros

dessa instituição, foram responsáveis pela abrangência da discussão que começou a questionar o absolutismo histórico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e que trabalhavam em prol da reorganização da historiografia sulina.

Sobre a solicitação da construção de uma estátua em homenagem a Sepé Tiaraju, encaminhada ao governador do Estado no ano 1955, foi que acirrou os ânimos da elite pensante Sul-rio-grandense. Carlos Reverbel logo manifestou-se em apoio daqueles que hoje são considerados historiadores tradicionais que vinham inviabilizando há algum tempo a história missioneira e que, naquele momento, tiveram a oportunidade definitiva de elucidar a posição de Sepé na nossa história, como afirma Reverbel (1955).

Esta sugestão, dirigida em forma de carta ao governador do Estado, foi encaminhada à Secretaria de Educação que, por sua vez, remeteu ao Instituto Histórico e Geográfico. Teve, assim, a referida entidade ocasião de exarar luminoso parecer, fixando em termos definitivos a posição de Sepé Tiaraju em relação ao Rio Grande do Sul e ao Brasil.

Carlos Reverbel, ao sair em defesa do parecer, deixou transparente sua simpatia pela entidade e sua admiração pelo relator desse parecer quando argumenta que “Chamado a relatar a matéria, Othelo Rosa proferiu uma de suas sábias lições sobre história rio-grandense, tendo seus pontos de vista sido aprovados e, portanto, oficialmente adotados pelo Instituto Histórico e Geográfico” (REVERBEL, 1955). Nessa citação, fica explícito o controle absoluto que o IHGRGS tinha sobre a história do Rio Grande do Sul, que o poder público não se manifestou a respeito do caso Sepé, sem antes ouvir o parecer da comissão de história dessa instituição, composta e assinado por três de seus membros. “Othelo Rosa, Afonso Guerreiro Lima e Moysés Vellinho, [que] emitiu parecer negando qualquer possibilidade de Sepé Tiaraju ser considerado brasileiro” (MARTINS, 2015a, p. 249).

Entretanto, sobre os “diagnósticos” concluídos pelo IHGRGS, que eram frequentes na decisão do que era ou não história do Rio Grande do Sul, Nedel (2005) evidencia uma diferença entre os casos anteriores em relação ao caso Sepé Tiaraju. Percebemos que, nos pareceres anteriores às decisões das comissões de história do IHGRGS, não eram contestadas ou pelo menos não tanto quanto se evidencia neste caso “[...] o que era para ser apenas mais um dos inúmeros diagnósticos [...] transformou-se no fator desencadeante de uma polêmica repleta de agravos pessoais e de efeitos adversos ao instituto” (NEDEL, 2005, p. 383).

De acordo com Nedel (2005), era comum o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul julgar relevantes ou não as solicitações feitas ao poder público referente à história. Todavia, o parecer emitido pela comissão no caso Sepé Tiaraju teve uma reação adversa em relação aos demais pareceres até então emitido pela comissão de história do Instituto. Esse parecer gerou uma discussão intelectual ofensiva entre figuras letradas do Estado, um conflito de ideias que dividiu opiniões. De um lado estava um pequeno grupo que “asseguravam, simbolicamente, a posição de ‘porta-vozes’ oficiais da instituição, e que detinha o poder de decidir aquilo que era a ‘verdade’ sobre a história rio-grandense” (MARTINS, 2015a, p. 249). Do outro lado estava um grupo mais numeroso, porém, mais disperso “que gradativamente foi se afastando do núcleo institucional, defendia a renovação dos marcos da historiografia, incluindo outros grupos que não faziam parte da ‘elite’ lusa, militar e política” (MARTINS, 2015b, 185).

Sobre esse documento produzido em resposta à solicitação da construção de um monumento em homenagem à brasilidade de Sepé, Nedel (2005, p. 384) afirma que:

[...] o documento expedido em resposta avaliava o mérito dessas justificativas. Interessava averiguar, mais do que a existência fática de Sepé e da experiência jesuítica – a pertinência desse herói e do território missionário à nacionalidade do Rio Grande. Nessa avaliação, já de saída os pareceristas advertiam para a dificuldade de “opinar sobre o brasileiro de um indígena que tinha um sentido de Pátria, e que se afirmou em luta contra os portugueses”.

No parecer relatado pela comissão de história do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ficou explícita a contrariedade à solicitação da construção de um monumento em homenagem ao índio missionário Sepé Tiaraju, pois, nesse caso, “o agravo que se impunha para o Instituto era admitir no panteão heroico local a entrada de um indígena que desafiara os agentes da conquista lusitana” (NEDEL, 2005, p. 382).

Parece ser nesse sentido que Ieda Gutfreind (1998) menciona que as discussões podem ser uma continuidade das discussões entre lusos e platinos. Isso porque fica evidente a intransigência do grupo pertencente à cúpula do IHGRGS em admitir outra versão histórica a não ser a que eles acreditavam. Percebemos nos discursos contrários à inclusão do índio Sepé e da história missionária na historiografia Rio-grandense a mesma rejeição dos anos anteriores. Também fica claro nas palavras

de Othelo Rosa, relator do parecer em questão, a posição da comissão e do Instituto em relação ao que é história e o que é lenda. Como podemos confirmar conforme o Parecer do IHGRGS (1955, grifo do autor):

Acentuamos de logo, que essa figura de Sepé, ou melhor, de **São Sepé**, que a imaginação popular criou, nos é de todo interessante e simpática. Incorporada ao acervo das nossas lendas, das nossas crendices, das nossas superstições, ela deve ser considerada como um dos elementos que configuram a enriquecerem o nosso patrimônio cultural.

Nesse trecho, a comissão de história evidencia que o que pode ser aceito e valorizado da figura de Sepé na cultura Rio-grandense é seu legado lendário e mítico, ou seja, “Assim a erudição mais aguda subtraia Sepé do capital nacional da história gaúcha, deslocando-o para o terreno incerto das superstições e crendices” (NEDEL, 2005, p. 385). Logo adiante, o relator desse parecer alerta que “no rigor histórico, o caso é diferente”. O certo é que o grupo que compunha a comissão de história acompanhava e ou acatava as ideias de Othelo Rosa, ideias que eram taxativas, consideravam que a história deveria ser “desnuda de fantasias e mistérios” (PARECER DO IHGRGS, 1955). Ou seja, para a comissão de história, a imagem pública criada sobre a figura de Sepé é mítica, irreal, não poderia ser incluída na história Rio-grandense, pois, na visão da comissão, Sepé não defendera os interesses da pátria e sim os seus. Conforme Rosa vai discorrendo, esse relatório vai justificando incisivamente a posição contrária à inclusão de Sepé na história Sul-rio-grandense, como a que segue (PARECER DO IHGRGS, 1955):

Que defenderia Sepé – com inegáveis coragem e valor – em 1750? Nada que tivesse relação conosco. Se ele tivesse vencido, qual seria a consequência histórica dessa vitória? A terra que Deus havia dado aos índios e a S. Miguel, na frase que lhe é atribuída, pertenceriam a quem? Aos próprios índios, ou a Companhia de Jesus? A nós é que elas não tocariam, podemos afirmá-lo seguramente. A ação de Sepé no sentido dos interesses e do futuro do Rio Grande e do Brasil, foi uma ação negativa, ou melhor, uma ação adversa.

O parecer relatado por Othelo Rosa com o aval da comissão e aceito pelo IHGRGS segue argumentando as razões pelas quais justificam suas conclusões sobre o acontecimento. Citando documentos que, segundo seu relator, deixam claro que a posição dos índios em defesa das terras missioneiras não tinha nada a ver com o Rio Grande do Sul nem com o Brasil. Pois, apesar da não contrariedade da “corporação” ao tratado de Madri, “alguns Padres Jesuítas”, que se solidarizaram com

os índios, invocaram razões jurídicas, de Direito Natural acima de compromissos nacionais ou associativos (PARECER DO IHGRGS, 1955). De acordo com o parecer, isso elucida a questão, pois, no caso de sucesso dos índios na Guerra Guaranítica, seriam esses jesuítas que se mostraram solidários aos índios que seguiriam administrando aquela região, voltada à coroa espanhola porque, na mentalidade dos índios, inclusive de Sepé, os Sete Povos pertenciam à “Província do Paraguai”.

Em artigo publicado na revista do Instituto, Jefferson Teles Martins (2015b, p. 186) teceu comentários em relação aos argumentos justificativos do parecer, em que diz que:

Entre os argumentos citados pela Comissão para embargar a homenagem do governo do estado a Sepé Tiaraju, figura o estabelecimento da ação daquele guerreiro à órbita da influência espanhola, portanto em oposição aos interesses luso-brasileiros. Estava no campo oposto aos interesses “daqueles que lutaram pelo território rio-grandense”; era súdito da Coroa espanhola, sendo pois impossível atribuir-lhe um sentido de pátria brasileira. Em segundo lugar, usava-se os critérios da cientificidade histórica para expulsar Sepé Tiaraju para o terreno das “lendas”, portanto fora do domínio dos “fatos” da “verdade histórica”. A “mitificação” em torno da figura de Sepé desfigurava-lhe a “personalidade real, única, a ser vista e compreendida pela exegese da história”.

De acordo com Martins (2015), o que fica explícito é que o relator desse parecer contrário à homenagem ao índio Sepé busca de todas as formas desvincular qualquer possibilidade de aproximação de Sepé com o Rio Grande de São Pedro e com os interesses de brasilidade da região. Apegados aos “critérios da cientificidade história” definidas por eles mesmos, arremessavam Sepé Tiaraju para dentro do mundo místico, lendário considerando um avatar da história Rio-grandense.

Após discorrer seu relatório argumentando as razões pelas quais não poderiam aceitar a brasilidade de Sepé Tiaraju, nem que o mesmo fosse reconhecido como um autêntico Rio-grandense. Enfim, dentro da ideologia do IHGRGS, não havia espaço para inserção da história missioneira. A conclusão do parecer da comissão nos parece enfática e objetiva em defender a origem lusa na formação do Rio Grande do Sul e refutar qualquer possibilidade de brasilidade do índio Sepé, argumentando que ainda há muito o que fazer para resgatar muitos de “seus filhos ilustres” que contribuíram com a nossa evolução e que são inquestionáveis seus heroísmos.

Segue o Parecer IHGRHS (1955, p. 8) em que diz que:

A conclusão parece-nos irretorquível não é só inaceitável o “brasileirismo” de Sepé, como ainda não é admissível encará-lo como uma expressão do sentimento das tendências dos interesses, da alma coletiva, enfim, do povo gaúcho, que se estava formando ao signo da civilização portuguesa. É de acentuar-se, demais que o Rio Grande do Sul ainda não resgatou a sua dívida cívica com inúmeros de seus filhos ilustres de significado histórico estreme de qualquer incerteza e dúvida e de papel relevante e expressivo no curso de sua evolução.

Distanciando-se do entendimento dos pensadores folcloristas em relação à “tradição popular”, “os agentes oficiais da memória **regional** reivindicavam o rigor profissional pregado pela academia histórica para desautorizar a construção do monumento” (NEDEL, 2005, p. 385, grifo do autor).

Veremos a seguir que não tardou para que começasse uma série de opiniões sobre o caso Sepé entre os intelectuais Rio-grandenses, uns a favor do parecer da comissão, que negou a solicitação do major, e outros contra, que buscavam mudar o curso da historiografia sulina.

Dentro do grupo que sai em defesa do parecer que negou a inclusão de Sepé na história Rio-grandense, fica claro o objetivo de continuidade do modelo historiográfico apegado aos aportes da história elitista político-militar defendida pelo instituto, como veremos nos discursos de Carlos Reverbel e Francisco de Paula Cidade.

De acordo com Martins (2015), o primeiro a se manifestar em apoio ao parecer da comissão de história foi Carlos Reverbel. Portanto, uma semana após a publicação do relatório da comissão de história, em 03 de dezembro de 1955, Carlos Reverbel publicou no mesmo jornal “Correio do Povo” um documento em total apoio à decisão da comissão. Esse autor estribou-se na autoridade do consagrado Othelo Rosa, que “proferiu uma de suas sábias lições sobre história rio-grandense, tendo seus pontos de vista sido aprovados e, portanto, oficialmente aceito [...]” (MARTINS, 2015b, p. 187) pelo instituto.

Consideramos as palavras de Martins (2015) fundamental dentro do que propomos neste trabalho, pois evidencia o prestígio de Othelo Rosa, tendo em vista que Reverbel (1955) apoiava-se na autoridade de Rosa para justificar sua posição sobre o caso. Isso nos leva a perceber que essa consagração de Rosa influenciou seus pares.

Mais adiante, nesse mesmo documento, Reverbel (1955) também citou trechos do parecer que fala da “lenda”, das “crendices” e “superstições” sobre Sepé, que foram

incorporadas em nossa cultura, ou seja, concordou com o parecer quando excluiu Sepé do processo histórico do Rio Grande do Sul, considerando apenas sua consagração mítica na nossa cultura. Ele também compactuava com os ideais do relator do parecer, referindo-se que no cientificismo da história as coisas são “diferente” e a participação histórica de Sepé pertencia aos espanhóis. Conforme Reverbel (1955):

Temos, desse modo, dois aspectos, completamente distintos, a considerar em Sepé Tiaraju: a sua individualidade histórica, que não nos pertence, porque se afirmou em luta contra a política lusitana de que resultou o Rio Grande e a nossa integração na civilização brasileira, e a sua projeção mítica, com o sobrenatural “lunar”, que fez parte das nossas tradições populares, como elemento integrante de nosso patrimônio cultural.

Ao expor seu ponto de vista em relação às justificativas do parecer da comissão de história, Reverbel (1955) compactuou com as ideias relatadas por Rosa, referindo a “individualidade histórica” de Sepé que pertencia aos espanhóis, já que havia lutado contra os portugueses. Assim, só restava para nós a questão sobrenatural criada sobre o índio Sepé que pode ser integradora na nossa cultura.

Mais adiante, Reverbel (1955) evidenciou a importância do papel do Instituto na defesa da “formação histórica” do Sul-rio-grandense ligada aos portugueses e a integração nacional, destacando que esse trabalho vinha sendo feito há algum tempo e que essa “ilustre entidade, no seu papel de elucidar e firmar a verdade histórica, a fim resguardar a unidade da nossa formação histórica e do nosso processo cultural”. Reverbel (1955) continuou afirmar na defesa de que a região missioneira, onde se encontravam as reduções Jesuíticas, pertenciam ao Paraguai, “com uma expressão política da coroa espanhola, em terras posteriormente rio-grandense e brasileira”.

Assim, Reverbel (1955) demonstrou sua admiração pela Instituição na condução do processo histórico, bem como também sua confiabilidade nas decisões de Rosa, quando seguiu exemplificando que houveram outras discussões em relação à inclusão da história missioneira na história do Rio Grande do Sul e que a comissão de história do Instituto, “em erudito parecer, de que também foi relator o nosso maior historiador Othelo Rosa” (REVERBEL, 1955), teve firme defesa da sua visão histórica, reprovando a solicitação de colocar o nome do Padre Antônio Sepp em uma escola, ainda um outro parecer da comissão de história é negado, “relatado pelo escritor Moysés Velinho”, referente ao livro do Padre Jaeger.

De acordo Reverbel (1955), ao se referir ao parecer emitido por Othelo Rosa em resposta à solicitação de homenagear ao Padre Antônio Sepp, disse que Rosa reconhecia as qualidades pessoais do Padre, mas proferiu seu relatório contrário argumentando que:

[...] a ação do Padre Sepé nunca se exerceu, nem poderia ter se exercido, em benefício e serviço do Rio Grande do Sul, como se diz na proposta. Antes, em sentido contrário à nossa civilização e ao nosso destino histórico. E não sabemos como se poderia ensinar às crianças a honrar os seus antepassados, os seus feitos e sacrifícios, e, ao mesmo tempo, explicar-lhes que o seu patrono fora um adversário desses antepassados (REVERBEL, 1955).

Nessa citação, Reverbel (1955) evidencia a preocupação do relator Othelo Rosa e seus aliados com o futuro histórico do Rio Grande do Sul. Pois explicita que o trabalho desempenhado pelo Padre Antônio Sepp não teve preocupação nem alinhamento com os objetivos históricos Sul-rio-grandenses, principalmente com os objetivos defendidos pelos intelectuais que trabalhavam em prol da proposta de abasileirar o Estado e de preservar a identidade sulina criada e consolidada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Para Othelo Rosa e a ala de intelectuais que compactuavam com seus propósitos ideológicos, admitir e homenagear o Padre Sepp, que sempre fora contrário aos ideais Rio-grandense, preocupava o futuro da nossa história. Preservar a memória de quem prestava serviço à Coroa Espanhola possibilitaria às gerações posteriores uma ideia adversa de difícil entendimento. Pois, como iriam ensinar a honrar o antepassado de alguém que foi opositor de seus antepassados?

Reverbel (1955) concluiu seus argumentos, afirmando que:

[...] do ponto de vista da nossa formação histórica e geográfica, que se processou, nesta extremadura, em luta aberta contra desbordamentos dos regulares da Casa de Assunção sobre terras que seriam, mais tarde, quase todo o Rio Grande do Sul – examinando o problema, repetimos, sob o âmbito de nossa integração territorial, não padece dúvida que a naturalização rio-grandense dos mártires evocados pelo nosso prezado confrade não pode ser aceita sem oposição ou controvérsia. Nessas reservas acentue-se bem --- jamais estaria em causa a sublimidade do martírio daqueles prodigiosos campeadores de Santo Inácio, nem o magnífico conteúdo de seu sacrifício nas mãos brancas dos índios. O que conduz à contradita é o enquadramento desses tristes episódios entre os fatores ativos da nossa formação histórica.

Segundo Martins, o Instituto tinha, por meio de sua comissão e da autonomia pessoal de Othelo Rosa, credibilidade para esclarecer sobre a “verdade histórica”.

Entretanto, essa autonomia, a partir de então, começou a dar sinais de desgastes, sendo minada por outros meios de divulgação de opiniões adversas publicadas no “Jornal Correio do Povo”. Percebe-se que há coerência e alinhamento de ideias sobre esse ponto de vista entre Martins (2015) e Nedel (2005). De acordo com essa ideia, a supremacia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul de conduzir/nortear os rumos da historiografia Rio-grandense, vinha sendo contestada desde o início da década de 1950. Com exceção dos textos de Laytano, “Os demais textos, de outros autores, compunham-se de uma série documental sobre Missões e província Cisplatina (cuja publicação se iniciara ainda em 1952)” (NEDEL, 2005, p. 390-391).

A bem da verdade, preciso destacar que na ocasião da contenda, Laytano, apesar de ter passado todo o ano anterior se indispondo com Othelo Rosa, ao que se sabe não se manifestou por escrito em defesa de Sepé. Senão pela assinatura do “contraparecer”. Talvez visando preservar intacta a nominata da Comissão, ou guardar distância de uma eventual acusação de “tradicionalista”, ao contrário de Walter Spalding e Manoelito de Ornellas, que foram aos congressos e jornais a defendê-lo (e se defenderem), Laytano limitou-se a publicar na Revista do MJC uma série de artigos sobre os temas guarani e missioneiro. Os de sua autoria forneciam dados etnográficos e demográficos sobre condições de vida das populações indígenas no estado.

Como já foi visto, era rotineiro que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul esclarecesse sobre os assuntos de história no Estado. Mesmo sendo seus pareceres contrários às solicitações emitidas a essa instituição, não se manifestavam oposições a suas decisões, pelo menos não como ocorreu em 1955. Foi o parecer da comissão de história contrário à solicitação da construção do monumento em homenagem ao Índio missioneiro Sepé Tiaraju que serviu de estopim para polêmica que se desenvolveu acerca desse tema, colocando em dúvida o absolutismo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Entretanto, como ficou evidenciado no trabalho de Nedel (2005), os intelectuais Rio-grandenses com tendências folcloristas e tradicionalistas, admiradores da história missioneira, vinham há alguns anos produzindo e publicando trabalhos sobre a região missioneira em outras entidades que não eram controladas pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Dessa forma, torna-se mais compreensível a força da oposição ao parecer relatado por Othelo Rosa em 1955, pois havia um grupo que compactuava dos mesmos ideais, apoiados nas novas abordagens das ciências sociais e adeptos à inclusão de outras etnias, como índios e negros na história Rio-grandense.

Desse grupo de intelectuais que se pronunciaram contra o parecer da comissão de história, “O primeiro a fazê-lo, e talvez o mais enérgico dos que o fizeram, foi Mansuetto Bernardi – ex-Editor da Globo que, com Moyses Velhinho de adversário, dividiu a atenção e as opiniões do público e dos intelectuais”. (NEDEL, 2005, p. 385). De acordo com Nedel (2005), Bernardi era um antigo defensor do rio-grandismo de Sepé desde sua campanha para se tornar sócio do IHGRGS.

De acordo com Bernardi (1957), convicto de que Sepé foi o primeiro caudilho rio-grandense, antecipando-se até mesmo a chegada dos Açorianos, comungava das ideias de que Sepé Tiaraju não se afirmou em luta contra os portugueses, nem contra a troca da região da colônia do Sacramento pela região das Missões, mas que “A verdadeira causa da revolta dos guaranis não foi o Tratado de Madri em si. A injustiça a iniquidade da transmigração compulsória foi a causa determinante da sangrenta revolução” (BERNARDI, 1957, p. 49). Sepé estava mesmo em luta contra todos aqueles que eram contra sua permanência naquelas terras, fossem portugueses, espanhóis e até mesmo contra a companhia de Jesus que os abandonou sob ordens reais.

Com relação ao parecer de história que negou a possibilidade de homenagear Sepé Tiaraju, Mansuetto Bernardi (1957, p. 49) em sua obra “O Primeiro Caudilho Rio-grandense”, afirma que:

A meia dúzia de membros do Instituto Histórico e Geográfico, que, de boa-fé, aprovou o parecer da Comissão de História, foi portanto, vítima de um artifício, de vez que o Major Nobre da Veiga não colocou a questão em termos de brasilidade, que em 1750 não existia nem podia existir, mas em termos de valor pessoal, de lutas de glórias, de sacrifícios, de heroísmo, de apego à terra natal, de resistência contra um esbulho, de revolta contra uma injustiça praticada por mandatários de dois governos estrangeiros, que estavam conculcando os mais elementares princípios da moral cristã e do direito das gentes.

Bernardi (1957) ainda questiona se esses motivos explícitos na solicitação do monumento em homenagem a Sepé não tem nada a ver com o índio guarani que liderou a revolta, nem com o povo rio-grandense e brasileiro. Percebe-se nesse questionamento que Bernardi (1957) assemelha as atitudes de Sepé com as ações do povo gaúcho.

Mansuetto Bernardi (1957), como membro da instituição, indignou-se por se sentir “desmoralizado”. Contudo, “Com o objetivo de fazer retrocederem os signatários do parecer, Mansuetto também recorre a outros autores – entre eles, os sócios da

CEF Laytano, Ornellas e Spalding – para forçar uma retratação oficial do Instituto” (NEDEL, 2005, p. 387).

Enquanto Nedel (2005) salienta o envolvimento de Mansuetto nas discussões com opiniões contrárias ao parecer relatado por Othelo Rosa, em artigo mais recente publicado em 2015, na revista do IHGRGS, Martins (2015) dá ênfase à participação de Walter Spalding, evidenciando que “Walter Spalding não tardou a entrar na discussão. Dia 8 de dezembro, no jornal o *Estado do Rio Grande do Sul*, publicou a “Carta ao Negrinho do Pastoreio”, sob o pseudônimo Blau Severo” (MARTINS, 2015b, p. 188):

Spalding, assim, tomava parte na disputa, evocando outra figura que fazia parte da tradição popular e das lendas rio-grandenses, de certa forma, fazendo a defesa das lendas e da tradição popular como objetos legítimos da cultura e da História. Este era o primeiro nível da disputa que se dava no interior do campo acadêmico da época, opondo o grupo de historiadores hegemônicos dentro do IHGRGS (aos quais chama de “os pretensos donos da História”) e os historiadores-folcloristas, postos à margem do campo, que buscavam a legitimação do Folclore como ciência. Mas também havia, pelo menos, outras duas frentes de batalha.

Uma das frentes de batalha que Martins (2015) afirma existir sobre esse caso são os defensores do tradicionalismo do qual Spalding fazia parte desde o fim da década de 1940, mas que havia se desligado por não concordar com o que vinha acontecendo dentro desse espaço tradicionalista, que ele chamava de “politicagem”. Entretanto, de acordo com Martins (2015), Arthur Sússembach, historiador e tradicionalista, membro do instituto de Passo Fundo “publicou no jornal. *O Nacional*, naquela cidade, o artigo intitulado *Um monumento a Sepé*” (MARTINS, 2015b, p. 190). “Nesse artigo, Sússembach ataca com veemência o parecer emitido pela Comissão de História do IHGRGS, definindo-o como ‘extensa catilinária’, e aos seus signatários refere-se como ‘uns vaidosos vulgares’”. Em seguida, faz chegar a Spalding por meio de carta o conteúdo de sua publicação. Segundo Martins (2015), ao responder a carta, Spalding mencionou sua publicação, que marcou o primeiro confronto sobre o parecer da comissão de história do Instituto. Spalding (*apud* MARTINS, 2015b, p. 191) afirma que:

Eu pertenço ao Instituto Histórico daqui, mas estou afastado desde que ali dentro se formou uma panelinha. Precisamos acabar com esses grupelhos e *donos*. E por isso, fora de meus hábitos, na primeira *Carta ao Negrinho do Pastoreio*, a respeito, fui violento e ataquei de rijo a turma e o próprio Instituto. Sei que deram pulos e que o tal [...] pernóstico que atende por Othelo Rosa, disse desaforos a valer. Pouco estou ligando ao que dizem. O que quero é que respeitem a verdade, doa a quem doer. E no caso de Sepé, não há dúvida alguma: os documentos e depoimentos são claros e precisos.

Nessa citação, fica explícito o nível de tensão entre os dois grupos e a insatisfação de Spalding com o núcleo do instituto, atacando-os ofensivamente. Todavia, ao ser chamado de “pernóstico”, percebe-se que o alvo a ser atingido era a soberania de Othelo Rosa. Assim, fica evidente o grau de influência de Rosa entre os seus e o quanto suas atitudes geravam desconforto a seus adversários.

Como já mencionamos, ao iniciar a polêmica sobre Sepé, os dois lados buscam cooptar apoio, o que fica claro nos diálogos epistolares entre Sussembach e Spalding. Apesar desse já ter se desligado do tradicionalismo, “[...] convocava Arthur Sússembach para continuar ‘batendo no assunto’, e chamava a atenção para o papel dos tradicionalistas por meio dos Centros de Tradições, pois via no movimento anti-Sepé, o combate de Othelo Rosa” (MARTINS, 2015b, p. 191).

Como já vimos anteriormente, a aversão de Othelo Rosa ao tradicionalismo percebe-se no conceito de regionalismo que ele e Moises Velinho compactuavam.

Antes de analisarmos o artigo de Walter Spalding publicado no jornal *Correio do Povo* em 25 de fevereiro de 1956, veremos o posicionamento de Francisco de Paula Cidade sobre o parecer da comissão de história e do próprio Sepé.

Em janeiro de 1956, foi a vez de F. de Paula Cidade apimentar a disputa entre os gladiadores de opinião sobre o caso Sepé, quando publicou seu artigo no “*Jornal Correio do Povo*”. Aliás, no mesmo jornal que vieram à tona o parecer relatado por Rosa, o trabalho de Reverbel (1955) em apoio ao parecer e ainda outros artigos da oposição, como de Walter Spalding.

Cidade (1956) iniciou seu texto dialogando sobre a fronteira e definição do espaço Rio-grandense antes da guerra guaranítica, exemplificando a aversão que os súditos do rei da Espanha tinham em relação a Portugal, que “Ao simples nome de portugueses, faziam o sinal da cruz” (CIDADE, 1956). Mais adiante, abordou a questão do nacionalismo e declarou seu apoio ao parecer aprovado pela comissão de história e aceito pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, dizendo que “Sepé não era Rio-grandense, porque não queria sê-lo e porque não era de Rio

Grande de S. Pedro. Mas das Missões. Não é um herói nacional brasileiro e quem não é brasileiro logicamente não é Rio-grandense” (CIDADE, 1956).

Em seu artigo, Francisco de Paula Cidade (1956) também aborda sobre tendências positivistas e católicas envolvidas na polêmica Sepé Tiaraju, documento esse analisado por Martins (2015b, p. 201), que conclui afirmando:

Paula Cidade, por sua vez, era católico e antipositivista, e não via a posição anti-Sepé de Othelo Rosa como anticlericalismo positivista, mesmo que este tenha sido positivista militante de destaque, na década de 1920. Há de se considerar, entretanto, que mesmo Francisco de Paula Cidade sendo católico, ele não havia sido formado nos redutos de sociabilidade escolar dos jesuítas. Portanto, embora existam elementos claros de continuidade do conflito entre positivistas e católicos, nos anos 1950, pode-se sugerir que não era o anticlericalismo positivista que unia o grupo em torno de Othelo Rosa. Nem essa disputa pode ser reduzida, simplesmente, a um conflito entre católicos e positivistas. Primeiro, porque o positivismo, nos anos 1950, estava longe de constituir uma ideologia dominante ou grupo coeso. Segundo, porque católicos e anchietanos engajados que faziam parte da “geração católica” (e membros do IHGRGS), como Adroaldo Mesquita da Costa, Armando Dias de Azevedo e Darcy Azambuja, não assinaram o contra-parecer em defesa de Sepé Tiaraju, organizado mais tarde por Mansueto Bernardi.

Para Martins (2015) não era só um fator que influenciava na hora de definir apoio aos grupos, mas acredita ser o motivo mais importante que unia o grupo antisepé, é “o desconforto intelectual que a admissão da história das Missões causava para um grupo que escolhera como chave explicativa para a formação do Rio Grande do Sul a colonização lusitana” (MARTINS, 2015b, p. 202) bem como a “hegemonia e influência pessoal de Othelo Rosa como historiador consagrado no campo da história local na década de 1950” (MARTINS, 2015b, p. 202). Do lado a favor da história missioneira, Martins (2015) destaca que as razões que aproximavam esse grupo eram mais “heterogêneas”, como inclusão das noções, do folclore e da história missioneira na história Rio-grandense “e por fim, a oposição pessoal a Othelo Rosa” (MARTINSb, 2015, p. 202). Martins (2015), ao dizer que um dos fatores que aproximava o grupo daqueles que eram a favor de Sepé girava em torno da oposição pessoal a Othelo Rosa, evidencia a posição desse que era de destaque e reconhecimento dentro do atual contexto, o nível de influência que ele exercia sobre seus pares em defesa de seus ideais e o quanto sua posição intransigente contrária a Sepé incomodava e gerava antipatia em seus oponentes.

Outro fator que unia as forças defensoras de Sepé diz respeito aos Padres Jesuítas membros do IHGRGS, que sempre fizeram frente em pesquisas referente à

região das missões, lutando pela inclusão dessa história ao processo histórico e cultural Rio-grandense, desde a fundação do IHGRGS.

Entretanto, de acordo com Martins (2015), nessa polêmica em questão, não são os fundamentos do positivismo defendido por Othelo Rosa nem seu anticlericalismo que unia seus aliados. Assim como não deve ser compreendida essa disputa como simplesmente discordâncias entre positivistas e católicos, tendo em vista a não adesão de católicos membros do IHGRGS na assinatura do contra parecer de defesa de Sepé, fomentado por Bernardi (1957).

Para nós, o principal defensor de Sepé nessa polêmica foi Walter Spalding que, além do artigo já mencionado intitulado “Negrinho do Pastoreio”, em 25 de fevereiro de 1956, publicou no Jornal Correio do Povo outro trabalho em resposta ao parecer da comissão de história do IHGRGS. Esse artigo inicia referindo-se ao historiador Capistrano de Abreu, que questionava a história dos inconfidentes e o heroísmo de Tiradentes. Walter Spalding (1956) diz que:

“Nós também não escrevemos para satisfações pessoais” [...]. Sabemos que, hoje, nos chamam de “jesuíta” “ultramontano” “mal-criado” e, até “imbecil”. Contudo, não lhes queremos mal por isso e a todos respondemos com a nossa boa vontade [...]. Queremos entretanto, deixar aqui, claramente registrado que quando escrevemos história não olhamos interesses. A história não tem interesses. É a verdade pura e simples, doa a quem doer. História é verdade e não jogo de interesse de clãs, castas, seitas, religião, mesmo de um povo, e menos ainda de caráter pessoal.

Nesse trecho, Walter Spalding (1956) credencia seu trabalho no alinhamento da ciência histórica, procura justificar sua defesa em relação à inclusão de Sepé Tiraju na história Rio-grandense, evidenciando que não há interesses pessoais nem de grupos quando se escreve história e, no caso Sepé, essa é a pura verdade histórica, queiram ou não seus adversários. Assim, ataca com veemência a cúpula do IHGRGS, responsável pelo parecer contrário à construção do monumento em homenagem a Sepé, acusando-os de defensores de interesses próprios ou de grupos, de história de meias verdades. Entretanto, “O foco do problema não era a História, e sim certos ‘historiadores dos interesses pessoais’ (referência velada a Othelo Rosa), e ‘dos que escrevem por ouvir dizer’, referindo-se ‘a Moysés Velinho’” (MARTINS, 2015b, p. 203).

Spalding (1956), ao pontuar seu entendimento sobre história, critica diretamente Othelo Rosa e seus aliados, membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que defendiam o modelo histórico alicerçado nos moldes

tradicionais, elitista político-militar, criado pela instituição que parece mais com “historieta”. “A história é séria, ponderada, documentada, e não admite interesses, particularidades, ideias pré-concebidas” (SPALDING, 1956). A história não deve ser escrita baseada fielmente em parte da documentação sobre um tema, mas que o historiador deve se debruçar sobre o máximo de documentação possível, aprofundar o estudo antes de emitir pareceres conclusivos.

Ao apontar as falhas no tipo de produção histórica do grupo dominante do IHGRGS e expor o que, para ele, seria o correto com a “verdade” histórica, Spalding (1956) justifica o antagonismo existente na forma de produzir história entre os dois grupos que lutavam para impor suas ideias, dizendo que:

É justamente por isso, porque assim procedemos, que chegamos, não raro, a conclusões mui diversas das de colegas e companheiros em história, contrariando, bastas vezes, o que costumam afirmar e, principalmente, quando afirmam baseados em NOSSO INTERESSE, um interesse qualquer, às vezes louvável, mas que, historicamente, só pode ser prejudicial a verdade, porque parcial (SPALDING, 1956).

Spalding (1956), no decorrer de seu trabalho, evidencia documentações que servem de base comprobatórias de sua visão histórica, acreditando que são razões mais que suficientes para elucidar essa questão, expõe o que, para ele, está em discussão e critica seus opositores por se desviarem do assunto e isto é perda de tempo.

Nada mais preciso, nada mais claro, nada mais certo: os jesuítas concordaram com a entrega das terras sem os homens, crendo que teriam ascendência sobre os indígenas. Estes porém, dirigidos por Sepé Tiaraju, revoltaram-se contra aquela “cruza dos assírios” combinadas entre as duas côrtes ibéricas e aceito pelos catequistas espanhóis das missões, em sua quase totalidade. Este gesto de Sepé e sua gente contra Espanha, Portugal e os catequistas, seria, acaso, espanófilo? – Absolutamente: - era NATIVISTA. Era o amor a terra que os levaram a revolta sem medir consequências. E é esse o ponto que discutimos e defendemos: a revolta de Sepé em defesa da terra que considerava e que, portanto lhe dá direito de ser denominado O PRIMEIRO GAÚCHO QUE SE BATEU PELO PAGO. É isto que nos interessa. É isto que defendemos, e nada mais, como o deixamos provado. O fundamento, espanhol das missões é conhecido. Qualquer estudante medíocre sabe e discutir tal ponto é perder tempo e desviar o verdadeiro tema de seu curso. O que afirmamos e vasta documentação comprova, é que Sepé se bateu em defesa da TERRA RIOGRANDENSE e, em consequência disso, e como nascido em São Luiz Gonzaga, tem DIREITO AO TÍTULO GLORIOSO DE RIOGRANDENSE, sabendo-se mais que o território missionário deveria SEMPRE, pertencer ao Brasil porque parte integrante, natural legítima, de um todo o Rio Grande, do Uruguai ao Atlântico.

Ao concluir seu artigo, Spalding (1956) é claro e objetivo afirmando que não era o fundamento espanhol missioneiro que estavam em questão e sim a atitude de Sepé em defesa da terra Rio-grandense e por ter nascido naquela região tinha o direito de ser um autêntico gaúcho. Para ele, a questão é simples: os Padres Jesuítas eram espanhóis, os índios dessa região eram rio-grandenses, porque agora oficialmente incluída ao Brasil, mas que sempre deveria ter sido assim pela fronteira natural, referindo-se ao rio Uruguai.

Spalding (1956) critica o relator do parecer da comissão de história, bem como seus defensores por tentarem desviar do assunto que era unicamente os acontecimentos relacionados a Sepé em defesa da terra posteriormente Rio-grandense e não os fundamentos espanhóis da região das missões.

Portanto, ao longo do tempo, ficou evidenciado que os defensores da história missioneira foram minando as estruturas do Instituto e pulverizando a mentalidade do povo Rio-grandense com os aportes da história social, fazendo prevalecer seus discursos, como evidencia Gutfreind (1998, p. 93):

A matriz lusitana foi desmistificada pelo próprio processo histórico, naturalmente fluindo e construindo a história Sul-rio-grandense. Seus representantes excluíram o período missioneiro da história gaúcha, no entanto, um monumento a Sepé foi erigido na área missioneira, nomes de padres jesuítas foram dados a escolas e outras instituições, não se restringindo apenas nesta área.

No decorrer deste trabalho, percebeu-se que o grupo defensor de Sepé e da história missioneira não estava questionando abertamente a identidade Sul-rio-grandense, criada pelos membros fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, assim sendo, não divergiam das interpretações sobre a origem açoriana para o Rio Grande do Sul. Apoiados nesta questão é que, tanto Letícia Borges Nedel em 2005, quanto Jefferson Teles Martins em 2015, discordam de Ieda Gutfreind (1998) quando ela afirma que as discussões da década de 1950 eram uma continuidade das discussões das décadas anteriores. Porém, se formos analisar apenas o parecer da comissão de história e o discurso dos membros que formavam o núcleo do IHGRGS, em relação ao caso Sepé, percebemos o mesmo o discurso dos anos 1920-30. São as justificativas do discursos pró Sepé que revelam outro patamar das discussões, como evidencia Spalding (1956).

Portanto, levando em conta a época e o contexto em que o trabalho de Gutfreind foi produzido, torna compreensível que ela tenha chegado a essa conclusão. Isso porque seu trabalho pertence à primeira leva de pesquisas dos cursos de pós-graduação sobre História do Rio Grande do Sul, nos quais fica nítido o objetivo de desmistificação da produção historiográfica do IHGRGS. Enquanto que os trabalhos mais recentes continuam discordando do radicalismo histórico desta instituição, mas buscam uma análise mais imparcial.

Ao discorrer sobre o modelo de história do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, concordando ou não com seus métodos, torna-se fundamental perceber a importância do trabalho desenvolvido por esses intelectuais para a historiografia Sul-rio-grandense, pois, de acordo com Michel de Certeau, cada historiador quando escreve, escreve para alguém e de algum lugar. Mas, toda esta produção historiográfica serve de fontes para novas pesquisas.

Vimos, no decorrer deste trabalho, a parcialidade e o radicalismo no discurso dos membros do IHGRGS, principalmente daqueles intelectuais que compunham o núcleo dominante da instituição ao longo de sua existência. Como sua luta pela nacionalização do Estado e defesa da origem lusitana na formação da identidade Rio-grandense. Evidenciamos também que Othelo Rosa, ao longo de sua vida, sempre exerceu funções de destaque dentro do quadro de intelectuais do Estado.

Ao entrar para o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, atuou com resistência contra tudo o que vinha de encontro dos ideais da instituição que eram também os seus. Assim, é visível seu caminho ascendente no Instituto e dentro do grupo contrário a Sepé, em que sua liderança era incontestável, sendo elogiado por seus aliados. Por outro lado, decorrente de seu radicalismo em defesa da nacionalidade do Estado e da origem portuguesa na identidade Rio-grandense, provoca descontentamento em seus adversários tornando-se o principal alvo de ataque do grupo pró-Sepé. Portanto, nesse contexto, evidencia-se a influência que Othelo Rosa exercia dentro do IHGRGS e dos que liam história no Rio Grande do Sul desse período.

Sobre a polêmica no caso Sepé Tiaraju, em meados da década de 1950, fica explícito o controle que o IHGRGS tinha sobre o processo histórico local até então, bem como o poder ideológico exercido por Othelo Rosa entre seus pares. Por outro lado, considerando a consolidação dos historiadores folcloristas e a aceitação pública do modelo tradicionalista criado no Estado, torna-se compreensível que essas novas

forças emergentes colocassem em xeque a hegemonia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

BERNARDI, Mansueto. **O Primeiro Caudilho Rio-Grandense**. Porto Alegre: Globo, 1957.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lurdes Meneses. Revisão técnica [de] Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CIDADE, Francisco de Paula. Sepé e a Sua Estatua. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 14 jan. 1956, p. 08.

FÉLIX, Loiva Otero. **Mito e Heróis: Construção de Imaginários**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-Grandense**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

MARTINS, Jefferson Teles. Dois modelos de História em disputa no IHGRGS nos anos 1950: o caso Sepé Tiaraju. **RIHGRGS**, Porto Alegre, n. 149, p. 185-206, dez. 2015b.

MARTINS, Jefferson Teles. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o Espaço Social dos Intelectuais: Trajetória Institucional e Estudo das Redes de Solidariedade (e conflitos) entre Intelectuais (1920-1956)**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em História. 2015a.

NEDEL, Letícia Borges. **Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Instituto de ciências humanas programa de pós-graduação em história. Brasília. 2005.

PARECER da Comissão de História do IHGRGS. Sepé Tiaraju e o Rio Grande. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 26 nov. 1955, p. 08.

REVERBEL, Carlos. Sepé Tiaraju e o Instituto Histórico. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 03 dez. 1955, p. 09.

SPALDING, Walter. Sepé Tiaraju e Outras Histórias. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 25 fev. 1956, p. 09.